

TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. Quais informações estão presentes no Termo de Uso e na Política de Privacidade?

Neste Termo de Uso, serão apresentadas informações sobre: o funcionamento do serviço gov.br e as regras aplicáveis ao seu uso; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida; os direitos autorais e a propriedade intelectual; e o foro responsável por eventuais reclamações caso se entenda que as cláusulas deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Nesta Política de Privacidade, serão apresentadas informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos cidadãos que são necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais medidas de segurança são implementadas para proteger os dados dos cidadãos.

2. Ciência do Termo de Uso e da Política de Privacidade

Ao utilizar o serviço gov.br o cidadão confirma que leu e compreendeu as regras do Termo de Uso e da Política de Privacidade e concordou em ficar vinculado a eles.

3. Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Acesso.gov.br (Login Único): plataforma de autenticação do governo que fornece a identificação de cada cidadão que deseja acessar os serviços digitais do governo por meio de uma conta única.

Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos. Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD em todo o território nacional.

Cadastro Base do Cidadão - informação de referência, íntegra e precisa, centralizada ou descentralizada, oriunda de uma ou mais fontes, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas, tais como pessoas, empresas, veículos, licenças e locais.

Códigos maliciosos: qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Identificação Civil Nacional (ICN): identificação que possui como objetivo identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.

Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Sítios e aplicativos: sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados no gov.br.

Terceiro: pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

Cidadão (titular na LGPD): pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Cidadãos (ou "Cidadão", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço disponibilizado pelo gov.br.

Validação biográfica - confirmação da identidade da pessoa natural mediante comparação de fatos da sua vida, tais como nome civil ou social, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, sexo, estado civil, grupo familiar, endereço e vínculos profissionais, com o objetivo de identificá-la unicamente com médio grau de segurança.

Validação biométrica - confirmação da identidade da pessoa natural mediante aplicação de método de comparação estatístico de medição biológica das características físicas de um indivíduo com objetivo de identificá-lo unicamente com alto grau de segurança;

Violação de dados pessoais: é uma violação de segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

4. O que é gov.br?

O gov.br é a identificação digital do cidadão. Ao utilizar, tem-se acesso à carteira digital que armazena de forma centralizada e organizada os documentos do cidadão. Dessa forma, ao invés de ter que possuir os documentos físicos, o cidadão poderá ter acesso a seus documentos em formato digital.

Além disso, existe o aplicativo gov.br que é integrado com o serviço acesso.gov.br, que é um autenticador único de governo, ou seja, com uma única senha, o cidadão poderá se identificar a todos os serviços públicos que utilizam o acesso.gov.br de forma simplificada.

Para fornecer maior segurança na identificação, o aplicativo gov.br também permite que se realize a identificação por biometria facial. O aplicativo captura uma foto do cidadão pela câmera do dispositivo no qual ele está instalado e compara na base ICN do Tribunal Superior Eleitoral, com um elevado grau de confiança, a imagem capturada com a imagem armazenada digitalmente (se o CPF procurado não constar na base da ICN, o aplicativo realizará a consulta na base da Secretaria Nacional de Trânsito - Senatran). Caso elas sejam semelhantes, o cidadão comprova sua identidade de forma rápida e segura. A validação biométrica do aplicativo gov.br também pode ser usada pelo cidadão para criar uma conta no serviço acesso.gov.br, para recuperar a sua conta (caso ele tenha esquecido a senha), e qualificar a conta (obtenção do selo de confiança para a sua conta). Além disso, o aplicativo gov.br pode também ser usado para agregar mais segurança à conta do cidadão no acesso.gov.br. Ao ativar o segundo fator de autenticação, o cidadão deverá informar, além de sua senha, um código que será enviado pelo aplicativo gov.br ao seu dispositivo. Como mais uma etapa para realizar a autenticação é adicionada, a conta se torna mais segura.

Por fim, a validação biométrica é utilizada também pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pelo SIGEP para realizar a prova de vida do cidadão e dos servidores e pensionistas em seus respectivos serviços.

5. Quais são os direitos do usuário do serviço?

O cidadão ao usar os serviços possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD):

- **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II):** direito de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais tratados.

- **Direito de retificação (Art. 18, III):** direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV):** direito de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** direito de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). A aplicabilidade deste direito acarretará a incompatibilidade do serviço proposto e o consequente desfazimento da relação do cidadão com o Estado.

- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20):** direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O cidadão se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar serviços públicos por meio do gov.br.

Os serviços não devem ser utilizados indevidamente. É apenas permitido ao cidadão fazer uso do que lhe é disponibilizado, e dentro das normas previstas legalmente no Brasil.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e proteger os direitos de terceiros, o cidadão se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros, e utilizar os serviços disponíveis de maneira responsável.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo cidadão cadastrado. Ele se compromete a manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O cidadão é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O cidadão é responsável por toda e qualquer ação feita em sua conta, e concorda em não alienar, ceder ou transferir a sua conta, nome e seus dados, ou quaisquer direitos a outra pessoa.

O cidadão se compromete a não utilizar os serviços gov.br para qualquer finalidade ilegal ou não autorizada, sendo ele responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros cidadãos, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro cidadão, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade.

O cidadão é o único responsável por sua conduta e por quaisquer dados, textos, imagens, informações, nomes, fotos e outros conteúdos ou materiais que enviar por meio do gov.br.

A Administração Pública Federal não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a. Dispositivo do usuário infectado ou invadido por atacantes;
- b. Dispositivo do usuário avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do dispositivo pelo qual o gov.br é utilizado;
- d. Proteção das informações baseadas nos dispositivos do cidadão;
- e. Abuso de uso dos dispositivos do cidadão;
- f. Monitoração clandestina dos dispositivos do cidadão;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas do cidadão;
- h. Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação, no equipamento do cidadão ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo cidadão.

O cidadão não deve interferir, comprometer, ou interromper o serviço, ou os servidores ou redes conectadas ao serviço, inclusive por meio da transmissão de qualquer malware, worm, vírus, spyware, ou qualquer outro código de natureza destrutiva ou perturbadora. O cidadão não pode inserir conteúdo ou códigos, ou, de outra forma, alterar ou interferir na maneira como a página do serviço é exibida ou processada no dispositivo.

Em hipótese alguma, o gov.br e seus colaboradores responsabilizam-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive negligência ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso deste, mesmo que advertida a possibilidade de tais danos.

Tendo em vista que o gov.br lida com informações pessoais, o cidadão concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como spiders ou scrapers), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o gov.br, sem permissão expressa por escrito do Ministério da Economia. Incluem-se nos acessos os realizados através de serviços de hospedagem (hostings), pois devido a uma política interna foram considerados inviáveis para prestação deste serviço público.

A comercialização desse serviço é expressamente proibida. Ao concordar com o Termo de Uso e a Política de Privacidade e utilizar o serviço gov.br, o cidadão receberá permissão do Ministério da Economia para uso não comercial dos serviços oferecidos, o que, em nenhuma hipótese, fará dele proprietário do gov.br.

Caso o cidadão descumpra o Termo de Uso ou a Política de Privacidade, ou seja, investigado em razão de má conduta, o Ministério da Economia poderá restringir seu acesso. O cidadão também deverá responder legalmente por tal conduta.

7. Quais são as responsabilidades da administração pública com os meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos cidadãos. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ela produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos cidadãos.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará o referido cidadão, salvo quando o processo estiver sob sigilo de justiça.

A Administração Pública Federal se compromete a:

- Manter o ambiente virtual seguro, salvo por ato destrutivo de terceiro que vá além dos esforços empenhados, hipótese que não se responsabilizará por danos oriundos dessa prática danosa;
- Preservar a funcionalidade, utilizando layout que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível;
- Exibir as funcionalidades de maneira clara, completa, precisa e suficiente de modo que exista a exata percepção das operações realizadas.

8. Mudanças no Termo de Uso e/ou na Política de Privacidade

A presente versão do Termo de Uso e da Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 19/09/2021.

O gov.br se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, as presentes cláusulas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

O cidadão será notificado pelo gov.br caso existam alterações no Termo de Uso e/ou na Política de Privacidade.

9. Informações para contato - qual o contato pelo qual o usuário do serviço pode tirar suas dúvidas ou corrigir algum dado pessoal inconsistente?

- Assuntos referentes às funcionalidades, ao Termo de Uso e à Política de Privacidade, favor entrar em contato pelo e-mail: despd@economia.gov.br
- Assuntos referentes às dúvidas ou reclamações sobre seus dados pessoais, favor entrar em contato com a encarregada pelo tratamento de dados pessoais (Marta Juvina de Medeiros) por meio de solicitação a ser feita pelo Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>)

10. Foro

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Justiça Federal, na seção judiciária do domicílio do cidadão, por previsão do artigo 109, §§ 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os cidadãos têm direito a apresentar petição contra o controlador (Ministério da Economia), referente a seus dados pessoais, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) - Art. 18, § 1º, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) - e desde que tenha havido reclamação formal anterior não solucionada no prazo pelo controlador (Ministério da Economia) – Art. 55-J, V, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

A Política de Privacidade do gov.br inclui assegurar que seus dados pessoais não serão divulgados a terceiros sem o conhecimento e a aprovação consciente do cidadão.

O gov.br se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), e respeitar os princípios dispostos em seu Art. 6º:

- a. - **finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao cidadão, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- b. - **adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao cidadão, de acordo com o contexto do tratamento;
- c. - **necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- d. - **livre acesso:** garantia, ao cidadão, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- e. - **qualidade dos dados:** garantia, ao cidadão, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- f. - **transparência:** garantia, ao cidadão, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- g. - **segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- h. - **prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- i. - **não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- j. - **responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

11. Quem é o controlador responsável pelo gov.br, ou seja, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Para o gov.br, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do Ministério da Economia, localizado na Esplanada dos Ministérios – Bloco P, Brasília, DF.

12. Quem é o operador do gov.br, ou seja, quem realiza o tratamento de dados pessoais?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como operador, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Para o gov.br, a realização do tratamento de dados é realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) - SGAN, Quadra 601 Módulo "V", Brasília-DF.

13. Quem é a pessoa responsável por atuar como canal de comunicação entre o cidadão que utiliza o gov.br e o Ministério da Economia?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como encarregado, em seu artigo 5º:

Art. 5º, VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Assuntos referentes às dúvidas ou reclamações sobre seus dados pessoais, favor entrar em contato com a encarregada pelo tratamento de dados pessoais (Marta Juvina de Medeiros) por meio de solicitação a ser feita pelo Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>)

14. Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014

Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto no

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017

Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário do

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais.

Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019

Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito do Governo Federal e da Governança de Dados.

Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016

Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a regulamentação do disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1991, e sobre a segurança nacional.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, e dá outras providências.
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN), que possui o objetivo de unificar os dados governamentais e privados.
Decreto 8.936, de 19 de dezembro de 2016	Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços de atendimento direto, autárquico e fundacional.

15. Quais bases legais para tratamento dos dados pessoais?

O gov.br está respaldado nas competências estabelecidas ao Ministério da Economia pelo Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 e do Decreto nº 10.072, de 18 de outubro de 2019, e posteriores alterações com a conversão da MP na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Pelo Decreto 9.745, compete especificamente à Secretaria de Governo Digital (SGD):

Art. 132. À Secretaria de Governo Digital compete:

II- prestar apoio à governança de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

III- ofertar plataformas e serviços compartilhados de tecnologia da informação e comunicação e governo digital, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

IV- apoiar ações de fomento a segurança da informação e proteção a dados pessoais no âmbito da administração pública federal, em articulação com os órgãos responsáveis por essas políticas;

V- buscar novas tecnologias que aprimorem as ações finalísticas dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

VI- promover a prospecção, o desenho e as melhorias de arquiteturas, metodologias, processos, aplicações, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelos órgãos integrantes do Sisip;

XI- definir diretrizes, estabelecer normas e coordenar projetos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, nos seguintes temas:

- a. simplificação de serviços e políticas públicas;*
- b. transformação digital de serviços públicos;*
- c. governança e compartilhamento de dados; e*
- d. utilização de canais digitais;*

XII- editar a Estratégia de Governança Digital da administração pública federal;

XIII- apoiar a elaboração e acompanhar a execução do orçamento de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Sisp, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, e propor ações para o aumento da eficiência do gasto público com tecnologia da informação e comunicação;

O tratamento dos dados pessoais pelo gov.br encontra respaldo na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) em sua base legal Políticas Públicas - art. 7º, III.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

16. Quais dados pessoais são tratados pelo serviço?

A utilização, pelo cidadão, das funcionalidades do serviço dependerá, no mínimo, do tratamento dos seguintes dados pessoais abaixo, além de outros que sejam disponibilizados em documentos oficiais conforme apresentado nos itens 15 e 16 desta Política de Privacidade.

Dados biográficos e biométricos de identificação pessoal

- a. Número de inscrição no CPF;
- b. Nome completo;
- c. E-mail;
- d. Telefone;
- e. Endereço;
- f. Foto digital da face;
- g. Data de nascimento;
- h. Nome da mãe.

Com exceção da foto digital da face, que será armazenada, não serão coletados outros dados pessoais sensíveis do cidadão, assim entendidos aqueles definidos no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Logo não haverá coleta de:

- i. Dados que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas, a filiação sindical ou organização de caráter religioso, filosófico ou político;
- j. Dados genéticos;
- k. Dados relativos à saúde;
- l. Dados relativos à vida sexual;
- m. Dados relacionados a condenações penais ou a infrações ou com medidas de segurança conexas.

Os dados pessoais do cidadão serão armazenados durante o período desejado pelo cidadão, pois este detém a liberdade de removê-los da base de dados, mediante solicitação à Encarregada de Dados Pessoais do Ministério da Economia a qualquer tempo, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

17. Como os dados são coletados?

Os dados tratados são obtidos de acordo com o disposto na tabela abaixo.

Dados	Forma de obtenção
Número de inscrição no CPF, Nome completo, Nome da mãe e Data de nascimento	Base de dados da Receita Federal
Telefone, Endereço e E-mail	Titular de dados pessoais
Foto digital da face	Capturada pelo aplicativo para celular, em conjunto com a base de dados da Sena
Cadastro de Pessoa Física - CPF	Base de dados da Receita Federal
Carteira Nacional de Habilitação - CNH	Base de dados da Senatran

18. Para que fins utilizamos os seus dados pessoais?

Os dados pessoais são tratados de acordo com as finalidades expostas no quadro abaixo.

Dados	Finalidade
Dados biográficos e biométricos de identificação pessoal	Autenticar e identificar de forma segura o cidadão que utilizará os serviços de acesso.gov.br em: http://faq-loginunico.servicos.gov.br/en/latest/_perguntas
Documentos digitais	Fornecer o acesso a esses documentos em uma carteira de documentos digitais do cidadão.
Foto	Permitir que o aplicativo faça validação biométrica, fornecendo assim o operador SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), exceto a segurança do cidadão, conforme preconizado no Art. 11, II, alínea "g" que o cidadão crie, recupere e qualifique a conta (obtenção do selo de cidadão

O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação e autorização prévia do cidadão, de modo que os direitos e obrigações aqui previstos permanecem aplicáveis.

19. Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

Os dados pessoais de identificação do cidadão são compartilhados entre o acesso.gov.br e o aplicativo gov.br, para que o cidadão seja identificado no aplicativo gov.br por meio de sua conta única.

Os documentos que venham a compor a carteira digital de cada cidadão serão compartilhados por seus respectivos órgãos de origem, a exemplo: CPF compartilhado pela Receita Federal do Brasil, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compartilhada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

O compartilhamento dos dados pessoais utilizados no gov.br também tem respaldo no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Além disso, existe a possibilidade de compartilhamento, a depender da base legal utilizada pelo terceiro, de dados pessoais pelo próprio cidadão quando, de sua própria e livre vontade, aceitar que seus dados pessoais sejam compartilhados com

terceiros via facilidade disponível no gov.br. Tal compartilhamento pessoal poderá ser revogado a qualquer tempo pelo próprio cidadão.

Todas as bases utilizadas estão sob o domínio do Serpro, operador responsável pelo tratamento dos dados do gov.br.

20. Segurança no tratamento dos dados pessoais do cidadão

O gov.br se compromete a aplicar as medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados de forma indevida. Com o objetivo de prevenir fraudes e possíveis vulnerabilidades, as funcionalidades fornecidas são testadas e as falhas encontradas são corrigidas à medida que são identificadas. Além disso, as vulnerabilidades das tecnologias utilizadas também são corrigidas à medida que são reportadas.

Para garantir a segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas e a tecnologia adequadas, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, a criticidade e sensibilidade dos dados tratados e os riscos para os direitos e liberdades do cidadão.

O gov.br utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o cidadão ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, ressalta-se que o gov.br se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ao dispositivo do cidadão, ou culpa exclusiva do cidadão, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro.

O gov.br se compromete, ainda, a comunicar o cidadão em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

21. Cookies

Os cookies são arquivos de texto enviados pelos sites que contêm informações para fazer com que o serviço disponibilizado funcione de forma correta ou traga informações a fim de melhorar a qualidade, dividindo-se em duas categorias, nesta Política de Privacidade: necessária e desempenho.

Categoria: necessária

Ajudam a tornar um site utilizável, permitindo funções básicas como navegação de página e acesso a áreas seguras do site. O site pode não funcionar corretamente sem esses cookies e por isso não podem ser desabilitados.

Domínio: sso.acesso.gov.br

- a. Proprietário: SERPRO
- b. Tempo de vida: sessão do navegador
- c. Session_Gov_Br_Prod: identificar a sessão sem armazenar dados sensíveis do cidadão INGRESSCOOKIE: registrar qual grupo de servidores é

disponibilizado que em contexto com balanceamento de carga otimizando a experiência do cidadão.

Domínio: contas.acesso.gov.br

- d. Proprietário: SERPRO
- e. Tempo de vida: sessão do navegador
- f. Session: armazenar a sessão do cidadão com tempo de expiração Session-Attr*: conter informações criptografadas do acesso XSRF-TOKEN: impedir ataques de solicitação falsa entre sites

Domínio: consentimento.acesso.gov.br

- g. Proprietário: SERPRO
- h. Tempo de vida: sessão do navegador
- i. Session: armazenar a sessão do cidadão com tempo de expiração Session-Attr*: conter informações criptografadas do acesso XSRF-TOKEN; impedir ataques de solicitação falsa entre sites

Domínio: confiabilidades.acesso.gov.br

- j. Proprietário: SERPRO
- k. Tempo de vida: sessão do navegador
- l. Reliabilities-Session: armazenar a sessão do cidadão com tempo de expiração Reliabilities-Session-Attr*: conter informações criptografadas do acesso XSRF-TOKEN: impedir ataques de solicitação falsa entre sites

Domínio: empresas.acesso.gov.br

- m. Proprietário: SERPRO
- n. Tempo de vida: sessão do navegador
- o. Sid-Govbr-Emp: conter o XSRF criptografado do lado do cidadão
- p. Tempo de vida: 1 hora
- q. Govbr-Emp-Session: armazenar a sessão do cidadão com tempo de expiração Govbr-Emp-SessionU-Ssn: conter informações criptografadas do acesso Govbr-Emp-SessionXsrf: conter o XSRF criptografado no servidor

Domínio: gestao.acesso.gov.br

- r. Proprietário: SERPRO
- s. Tempo de vida: sessão do navegador
- t. Sid-Govbr-Gestao: conter o XSRF criptografado do lado do cidadão
- u. Tempo de vida: 1 hora
- v. Ges_Prod_Session: armazenar a sessão do cidadão com tempo de expiração
- w. Ges_Prod_U-Ssn: conter informações criptografadas do acesso
- x. Ges_Prod_Xsrf: conter o XSRF criptografado do lado do servidor

Categoria: desempenho

Ajudam a melhorar o site ao analisar o modo como o cidadão utiliza os recursos disponibilizados. Esses cookies são desabilitados por padrão, mas podem ser habilitados pelo cidadão de livre e espontânea vontade. As informações que envolvam dados pessoais como IP serão anonimizadas quando de sua transferência ao Google.

Domínio: acesso.gov.br

- y. Proprietário: Google Inc.
- z. Tempo de vida: 2 anos
- aa. `_ga`: registra um ID único que é usado para gerar dados estatísticos sobre como o visitante usa o site.
- bb. `_ga_#`: usado pelo Google Analytics para coletar dados sobre o número de vezes que um usuário visitou o site, bem como as datas da primeira e a visita mais recente.
- cc. Tempo de vida: 1 dia
- dd. `_gat`: usado pelo Google Analytics para controlar a taxa de solicitação.
- ee. `_gid`: registra um ID único que é usado para gerar dados estatísticos sobre como o visitante usa o site.

22. A quem pertence os direitos autorais e a propriedade intelectual?

O uso comercial das expressões, como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos das telas do Portal, assim como os programas, bancos de dados, redes, arquivos que permitem que o cidadão acesse sua conta são de propriedade da União e estão protegidos pelas leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

Ao acessar o gov.br, o cidadão declara que irá respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em nome da União, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no gov.br. O simples acesso não confere quaisquer direitos ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis.

A reprodução de conteúdo descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito da União ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os visitantes e cidadãos adquiram qualquer direito sobre eles.

É vedada a utilização do gov.br para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610/1998, que protege os direitos autorais no Brasil.

O cidadão assume toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial.